

DA FORMA POLÍTICO –TERRITORIAL ESTADO- NAÇÃO AO PROJETO “EUROPA 1992”: PRIMEIRAS REFLEXÕES METODOLOGICAS

Vânia Rubia Farias Vlach
Universidade Federal de Uberlândia Uberlândia-Brasil

Preliminares

Que tema, antes mesmo de que profundo e complexo, ambíguo e contraditório, é pretensioso, no sentido de que, certamente, ainda não reunimos o conjunto das condições necessárias a sua abordagem, não só porque estamos diante de um projeto político de tal vulto, muito menos por que consistiria uma nova proposta (essa proposição tem, pelo menos, um século de existência), mas porque a ciência geográfica- e sobre este ponto há consenso- interessasse, tradicionalmente, pelo espaço (“a morada do homem”), que reivindica como objeto de estudo por que, como outras ciências sociais, particularmente a história, contribuiu decisivamente para a constituição do espaço que serviu à consolidação do poder da burguesia industrial: O Estado-nação que, embora estabelecido na Inglaterra no final do século XVII, na França em fins do século XVIII, caracteriza a Europa do século XIX.

Atualmente, seguramente em razão de motivos específicos de sua história recente, há um esforço para a concretização, entre fins de nosso século e inícios do século XXI, da desisto política de se transformar apreciável número de Estados-nações europeu na “Europa 1992”, isto é, uma porção territorial política e economicamente unificada, que não se confunde com nenhuma homogeneização completa, em mesmo do ponto de vista da reprodução do capital, pois alguns grupos econômicos-exatamente os mais ardorosos defensores da “proposta século” – lutarão para manter o controle de todo o processo, inclusive impondo as diferentes que são imprescindíveis ao movimento de sua acumulação. Registre-se assim, a defesa que se faz, explicitamente, das várias culturas no interior da Europa, que foram tornadas nacionais no século passado, o que dá uma idéia, a nosso ver, bastante precisa acerca da compreensão, por parte da formação social capitalista, de que é preciso diferenciar para obter lucro, bem como, de outro lado, do quanto é forte o desejo de melhoria no padrão de vida, sem alterações sociais mais substantivas; o que nos permite afirmar que, ao contrário do que diversas correntes políticas pregaram/pregam, “é um dado geral do século XX o reconhecimento do Estado como forma normal de organização das coletividades fixadas em um território” (CHÂTELET, F. e PISIER-KOUCHNER, E., p. 77, 1983).

Significado do Estado em fins do século XX

O registro anterior permite-nos asseverar que não se coloca o Estado em questão, na verdade cada vez mais poderoso, tanto no regime do capitalismo burocrático fragmentado, de maneira que a interpretação do socialismo enquanto desaparecimento do Estado, das classes sociais e como uma “etapa necessária da história”, absolutamente se sustenta. Pelo contrário: a Está-

nação do século XIX cede lugar, gradativamente, ao Estado-cientista, isto é, o estado para o qual “o Saber produzido pelas ciências de homem e da sociedade, assim com as técnicas de apropriação e de transformação que delas resultam, constituem o guia por excelência do bom governo e que somente tal guia pode permitir a edificação de uma sociedade mundial ordenada e feliz. Ele faz suas as crenças progressistas nascias no século passado, de acordo com as quais o desenvolvimento das ciências e das técnicas –levando a uma ampliação indefinida, qualitativa e quantitativa, dos bens- é a chave da ordem e do bem-estar. E, se ele constata que tal desenvolvimento provoca, em alguns casos, graves disfunções, e ainda na tecnologia que acredita deverem ser buscados os meios para remediá-las...” (CHÂTELET, F. e PISIER-KOUCHNER, E., p. 447, 1983).

Não é este processo – a edificação do Estado-cientista-que está por trás da proposta de destruição de vários “países” europeus, e que, inclusive, pode explicar o prometo “Europa 1992”? Paralelamente, é o fato de se conceber o Estado como forma intrínseca de organização da sociedade o bem-estar para todos; conseqüentemente, não se questiona o seu princípio, mas privilegia-se a abordagem, de suas finalidades, para o que, aliás, não faltam justificativas, começar pela aparência de que é o mediador entre as contradições de classe, dado o seu (quase) monopólio do conhecimento científico, de sorte que tal entendimento restringe a política ao administrativo, perdendo o contexto do político, que é uma reflexão acerca do movimento da sociedade que, na formação capitalista, vai se determinando historicamente a partir da divisão, que a marca desde sua a origem.

Se, de uma certa maneira, ainda falta à geografia política consolidar uma abordagem que não distancie, da reflexão filosófica, os fundamentos da produção, organização, reprodução do espaço nas diferentes escalas, de outra parte, e cada vez mais, a proposta de unificação européia deixa nítida a impossibilidade de a geografia continuar regionalizando o mundo a partir dos continentes. Obviamente, não se ignora a importância histórica de tal divisão, a partir de critério físico - geológicos, mas é preciso compreender que, então, se fazia preciso “naturalizar” o social, pois assim escamoteava-se a sua divisão intrínseca. Foi desse modo que se delimitaram as fronteiras isto e, os territórios de cada Estado- nação, como se a “dissolução do múltiplo no Um” não fosse orquestrada pela máquina do Estado capitalista na direção do nacional, de modo que tudo que ficasse, fora deste padrão, seria “estrangeiro”, e como tal, contra a pátria. De qualquer forma, o Está-nação, europeu por excelência, foi uma maneira de ordenamento político e territorial, da qual a geografia abstraiu o político e enfatizou o território, enquanto o capital industrial lutava pela edificação de suas “bases materiais” que, se hoje não são mais indispensáveis, em absoluto impedem a marcha do capital financeiro (associado ao Estado).

Porém, não é apenas em função da destruição das fronteiras no seio da Comunidade Econômica Européia, prestes a acontecer, que entendemos possível assinalar que a proposta de “construção de uma única Europa”, constitui selo indeleble do Estado-cientista, mas porque, a nosso ver, a Europa pleiteia, novamente, ser o centro do mundo e, diante a força dos EUA, do Japão, da URSS, busca em sua unificação uma estratégia para fazerlhes

frente. A estratégia é política, mas na consecução da proposta, fortalece-se um Estado, supra-nacional, e movido pela racionalização da vida econômica e da vida política, que as subordina aos fins, instrumentalizando a razão a serviço do Estado-cientista, e no interior do qual o empresariado, a tecnoburocracia estabelecem os fins, que acabam sendo justificados pela ciência e/ou tecnologia.

E imperioso anotar que a unificação europeia (que não inclui o designado contingente europeu inteiro), é um exemplo precioso de reconstrução de um espaço de densa historicidade, engendrada por um Estado, o que só demonstra o poderio desta instituição (como já assinalamos), agora ainda mais fortalecida, pois a ciência e a tecnologia se encarregam, efetivamente, de submeter o objeto - uma sociedade altamente industrializada, urbanizada, que subsumido a “primeira natureza” ao constituir o território dos Está-nações - às finalidades da mais completa dominação, sem o concurso da violência propriamente dita, pois “a intensa expansão industrial, que não se pode nem se quer mais controlar e cujo ritmo só diminui por ocasião das crises graves, engendra uma imagem singular de felicidade, tanto mais singular, de resto, na medida em que só se realiza – e assim mesmo de modo relativamente lacunoso - para algumas centenas de milhões de homens: essa imagem é a de um crescimento e de uma diversificação indefinidas da produção, da circulação e do consumo, de uma liberdade igualmente indefinida de atividades múltiplas e de posse de utensílios, sinais exteriores ao mesmo tempo de prosperidade, de fruição e de segurança, de uma igualdade maciça das oportunidades de todos ‘no ponto de partida’... A República dos engenheiros realiza os votos formulados (...) más, ao mesmo tempo, ela tece uma rede de necessidades que determinam tão estreitamente a vida cotidiana que a felicidade empírica só aparece agora nos interstícios casuais deixados pela coerção” (CHÂTELET, F. e PISIER-KOUCHNER, E., p. 458-459, 1983).

Este excerto, de nosso ponto de vista, ilustra fielmente a imagem que suscita, inclusive entra várias centrais sindicais europeia, a proposta de unificação europeia No mínimo, é um paradoxo que, contudo, pode ser explicado se levarmos em conta que o Estado-cientista, acima caracterizado, singulariza. Se por despolitizar a grande maioria da população. Como conseguiu fazê-lo? Em síntese, administrando a sociedade a través dos meios científico-tecnológicos, de tal forma que, se as contradições de classe não podem ser eliminadas, pode ser contornadas por meio de algumas vantagens, materiais e políticas. Por exemplo, alguns sindicatos acabam controlando o comportamento das classes trabalhadoras, mantendo a sua revolta, as suas reivindicações em um patamar que não cuestiona a ordem estabelecida... não obstante, defendem os seus direitos. Aliás, no dia-a-dia contemporâneo, as normas de comportamento, individual e social, exercem uma opressão bem maior do que se pode imaginar, que uma vez que podem cegar ao controle do que o indivíduo pensa, de si e do mundo, e do que os outros pensam dele, o que, em termos mais amplos, eleva a uma sinonímia inteiramente equivocada: a de que a democracia se confunde com o comportamento da maioria, quando, de fato, um regime político democrático deveria garantir a expressão da criatividade, do indivíduo e do grupo, e não a imposição de um ser e agir padronizados. Um dos resultados deste procedimento, típico da sociedade contemporânea, e a despolitização da

grande massa da população, cuja “inércia”, porém, desaparece durante graves crises, não só estritamente econômicas, como o aumento das preocupações com a defesa do meio ambiente demonstra cabalmente. Sem dúvida, a questão ambiental mobiliza contingentes humanas cada vez mais significativas na Europa dadas a constatação de que interesses privado-estatais-estatais-bélicos-nucleares, independentemente ou não, de serem levados até as últimas conseqüências, colocam em risco a própria sobrevivência da espécie humana (Cf. THOMPSON, E., 1985, pp. 15-57).

Tendo como pano de fundo as manifestações a favor da unificação européia. Incluindo parcela considerável de sua população trabalhadora, que apontam “vantagens para todos” e que colocam o evento como algo inevitável, e mesmo necessário, uma vez que o eurocentrismo pode ser reerguido, é que se constata, com muita clareza, que, no Estado-cientista, “próprio progresso técnico-científico assimilado à administração, tornou-se o fundamento da legitimação” (HEBERMAS, J., p. 325). Legitimação exercida por este Estado, e que explica a despolíticação de seus cidadãos, a qual não é absoluta (os movimentos ecológicos constituindo, talvez, o melhor exemplo de contestação da própria instituição Estado).

Não há como negar que o Estado-cientista constrói a unificação européia a través de medidas efetivas, e não de discursos, argumentando, entre outras coisas, que a experiência- que obteve êxito- do mais conhecido Mercado Comum Europeu precisa complementar-se, indicando que, para muitos, trata-se de unificar a Europa do ponto de vista do mercado, fazendo ruir as últimas barreiras econômicas que separam seus 12 países-membros (Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Irlanda, Gran Bretanha, Dinamarca, Grécia, Portugal, Espanha). Em decorrência desta unificação da economia européia, será inevitável uma regionalização interna, que, provavelmente, não coincidirá com os atuais Estados-nações, mas que beneficiará os grupos econômicos que desenvolvem tecnologia de Ponta. Neste momento, já se beneficiam particularmente em Portugal, dada a imperiosa necessidade de modernização de sua economia, incipientemente industrializada. É exatamente isto o que a Confederação Européia dos Sindicatos torna cristalino, a través da falta de seu presidente: “esperamos duas coisas da unificação: maior prosperidade econômica e uma melhoria das condições de trabalho nas regiões menos favorecidas, para onde poderiam ser estendidas as conquistas sociais dos países mais avançados” (BREIT, E. Folha de São Paulo, 10-07-1988, p. A-44). Não escapa à poderosa confederação que os próprios sindicatos devem modificar-se internamente para atender às questões que a unificação européia coloca, e que as várias centrais sindicais –nem todas são a favor da unificação: é o caso das comunistas, que não a integram- devem fazer acordos em torno de alguns princípios, soprando suas diferenças ideológicas, pois “a unificação é algo concreto, que vai acontecer em 1993” (BREIT, E., Folha de São Paulo, 10-07-88, p. A-44).

Seguramente, os 320 milhões de habitantes da Comunidade Econômica Européia, que deverão exportar, a partir de 1992, mais de US\$ 1.3 trilhão e importar US\$ 1.1 trilhão, representarão, provavelmente, o maior e mais significativo mercado mundial, no contexto da lógica, já defendida hoje pelos

seus maiores grupos empresariais, segundo a qual não há mais lugar para mercados pequenos no mundo contemporâneo, pois a ciência e a tecnologia exigem ampliação infinita, o que coloca por terra os Estados-nações. O mercado canadense, integrado pela economia dos EUA, e o controle dos New Industrialized Countries, por parte do Japão, e a “perestroika” na URSS, são referências constantes a favor dessa perspectiva econômica, explicitando flagrante despolitização do processo. Não podemos, contudo, rotulá-la de “economicista”, por que a sua lógica deriva da legitimação científico-tecnológica, a serviço da consolidação do poder político do Estado-cientista.

Geografia e Política: questões em aberto

O estado-cientista, que sairá consolidado após a realização do projeto “Europa 1992”, não ignora a especialidade das relações-políticas, culturais, econômicas-, que configuram o seu próprio poder, contrapondo-a aos demais centros mundiais de decisão. Se assim é, não deveria a geografia proceder a um profundo repensar os critérios que, afinal, presidem a atual regionalização da sociedade contemporânea? E avaliar o seu significado político? Não está em curso um amplo processo de reconstrução do espaço europeu, que já suscita inquietações, questões nos outros espaços, a começar naqueles que lhe são contínuos no chamado continente europeu? E, de maneira expressiva, a instituição Estado só tem se fortalecido nesses poucos anos que nos separam do século XXI, agora legitimado pelo progresso científico tecnológico, o que explica, em resumo, o seu “home”: Estado-cientista.

Este texto foi escrito motivado por tais apreensões. Acreditamos que o seu fecho somente será possível após debates com colegas, com caráter metodológico, mas passando decisivamente por uma re-avaliação do significado da cultura europeia (no sentido de sua não - instrumentalização pelo poder estatal-capitalista), responsável pela “admirável riqueza europeia na sua plataforma de heterogeneidade”, segundo o Manifesto do European Film Award (que está ocorrendo nesse novembro, em Berlim); por uma apreciação das tentativas de se fazer uma outra política, por parte dos movimentos ecológicos e, também, pela análise objetiva do papel do Estado na sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

CARNOY, M. Estado e Teoria Política. Campinas, Papirus, 1986.

CASTORIADIS, C. Os destinos do totalitarismo & outros escritos. Porto Alegre, L. & P. M. Editores, 1985.

CHÂTELET, F. e PISIER-KOUCHNER, E. As concepções políticas do século XX. História do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

CLASTRES, P. Do etnocídio. In Arqueologia da Violência. Ensaio de Antropologia Política. São Paulo, Brasiliense, pp. 52-62, 1982.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência enquanto “ideologia”. Para os 70 anos de Herbert Marcuse, no dia 19-VII-1986. In BENJAMIN, W. et alii. Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, Série Os pensadores, volume XLVIII, pp. 303-333, 1975.

THOMPSON, E. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In THOMPSON, E. et alii. Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo, Brasiliense, pp. 15-17, 1985.

Dicionário de Política

BOBBIO, N, MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G.
Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, 1328 p.

Jornal

Folha de São Paulo, São Paulo, S. P.
Referente ao ano de 1988, até 17 de novembro.